

## IX ENCONTRO DA ABCP

Área Temática: Cultura política e democracia

### **As políticas compensatórias e a satisfação dos atingidos por hidrelétricas**

Hemerson Luiz Pase (UFPEl)

Bianca de Freitas Linhares (UFPEl)

Ísis Oliveira Bastos Matos (UFRGS)

Brasília, DF  
04 a 07 de agosto de 2014

## **As políticas compensatórias e a satisfação dos atingidos por hidrelétricas**

Hemerson Luiz Pase (UFPel)

Bianca de Freitas Linhares (UFPel)

Ísis Oliveira Bastos Matos (UFRGS)

### **Resumo do trabalho:**

O amadurecimento democrático determinou decisivamente o tratamento dos impactos das grandes obras de infraestrutura desenvolvidas pelo Estado brasileiro, possibilitando que os grupos sociais atingidos demandem e disputem meios para compensação de suas perdas. Neste sentido, a legislação brasileira prevê políticas compensatórias para minimizar impactos sociais e ambientais negativos. O objetivo fundamental que nos instiga é analisar a satisfação dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos, beneficiários de políticas compensatórias. A hipótese geral que nos guia é que, em geral, os beneficiários são majoritariamente satisfeitos com o resultado do seu remanejamento, embora alguns trabalhos indiquem certa insatisfação quando a análise se detém no âmbito comunitário. Desta forma, destacamos a importância de analisar a percepção da população remanejada por empreendimentos hidrelétricos acerca da sua qualidade de vida e do acesso a serviços públicos. Ao mesmo tempo, o acesso à informação e a participação comunitária ativa proporcionam capacidade crítica à população para analisarem suas situações. Nesse sentido, nos parece produtivo analisar os preditores que impulsionam na direção da satisfação ou insatisfação com o remanejamento.

**Palavras-chave:** Hidrelétricas; Remanejamento; Satisfação; Cultura Política; Políticas Públicas

## **Introdução**

A construção e manutenção da infraestrutura são imprescindíveis para o crescimento econômico e para o desenvolvimento de qualquer nação, pois viabilizam as condições para a produção, industrialização e comercialização e possibilita o acesso a um conjunto de bens e serviços que impactam positivamente na vida da população. Neste sentido, na maioria dos casos, os projetos de melhorias de infraestrutura exigem a construção de grandes obras que produzem impactos indesejados que são proporcionais à natureza, objetivo e espaço geográfico ocupado pelo empreendimento de infraestrutura.

A construção de Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE's), por exemplo, produz importantes impactos sociais, ambientais, econômicos, reconhecidos pelo Estado e pelos empreendedores e impactos políticos e culturais, que necessitam de indicadores mais precisos.

O amadurecimento democrático determinou decisivamente o tratamento dos impactos das grandes obras de infraestrutura desenvolvidas pelo Estado brasileiro, possibilitando que os grupos sociais atingidos demandem e disputem meios para compensação de suas perdas. Neste sentido, a legislação brasileira prevê políticas compensatórias para minimizar impactos sociais e ambientais negativos.

O objetivo fundamental que nos instiga é analisar a satisfação dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos, beneficiários de políticas compensatórias. Para tanto, serão utilizados dados de pesquisa quantitativa realizada através da aplicação de *survey* com amostra de 632 indivíduos, inserida no Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento *Avaliação dos Resultados e Proposição de Modelo de Elaboração de Programas de Remanejamento da População Atingida por Empreendimentos Hidrelétricos*, executado com Apoio da Energética Barra Grande S/A (BAESA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo objeto de estudo são as políticas desenvolvidas pelas UHE's da bacia do Rio Uruguai. Os dados do *survey* foram coletados em janeiro de 2012, junto a remanejados que se encontram em 24 cidades no Sul do estado de Santa Catarina e no Norte do estado do Rio Grande do Sul e no Paraná / Brasil.

A hipótese geral que nos guia é que, em geral, os beneficiários são majoritariamente satisfeitos com o resultado do seu remanejamento, embora alguns trabalhos indiquem certa insatisfação quando a análise se detém no âmbito comunitário. Desta forma, destacamos a importância de analisar a percepção da população

remanejada por empreendimentos hidrelétricos acerca da sua qualidade de vida e do acesso a serviços públicos. Ao mesmo tempo, o acesso à informação e a participação comunitária ativa proporcionam capacidade crítica à população para analisarem suas situações. Nesse sentido, nos parece produtivo analisar os preditores que impulsionam na direção da satisfação ou insatisfação com o remanejamento.

Antes de analisar os preditores da satisfação com o remanejamento serão tratados alguns indicadores de satisfação da população estudada. Também abordaremos algumas associações entre variáveis e os indicadores de satisfação. Partiremos, então, para a análise de modelos de regressão multivariados. Buscam-se como base de compreensão da satisfação dos entrevistados algumas variáveis sócio demográficas, bem como índices que abordam a percepção sobre os serviços públicos e a qualidade de vida dos remanejados. Também será verificada a influência da participação e da informação da população estudada no seu nível de satisfação com o remanejamento.

O estudo apresenta um debate sobre o desenvolvimento destacando a peculiaridade do Brasil entre aqueles países que podem ser considerados em franco crescimento econômico. No caso brasileiro o desenvolvimento e o crescimento econômico são majoritariamente capitaneados pelo Estado através de políticas públicas, sejam elas bens recursos ou direitos.

Destaca-se também o impacto desse *modus operandi* sobre as políticas públicas implementadas no setor elétrico nacional. Por fim, avança na direção de interpretar a opinião dos próprios atingidos em relação à política de remanejamento da qual foram objeto, buscando dentre as variáveis disponíveis o que melhor pode explicar a satisfação da população remanejada por empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Rio Uruguai/Brasil.

## **Políticas Públicas**

O conceito de política pública não é inequívoco, pois oscila de acordo com o enfoque teórico adotado e o contexto político e social ao qual ele se aplica, usualmente é identificado com programas ou projetos que determinam ações específicas do Estado. De outro lado, a análise de políticas públicas, diz respeito a uma área acadêmica e científica com abordagem teórica e metodológica sobre a política pública. Mesmo marcado pela falta de institucionalização, fragmentação e incipiência, o campo de estudos das políticas públicas apresentou formidável expansão, nas últimas décadas.

Adquiriu progressivamente sua autonomia como disciplina no interior da Ciência Política e, atualmente, dispõe de razoável acervo de conhecimentos que concebe aos estudos de política pública importante potencial no apoio a intervenções na realidade social.

A expressão políticas públicas parece ter entrado definitivamente no vocabulário contemporâneo e principalmente na vida cotidiana dos países democráticos. Sua presença é constante na imprensa, nas agendas públicas, nos pronunciamentos políticos e nas pautas de reivindicações dos movimentos sociais (DI GIOVANNI, 2009). Por mais óbvio que pareça ao imaginário coletivo, às políticas públicas envolvem a produção de bens públicos, cabendo ao Estado a garantia de políticas que se processam oriundas de diversos interesses, necessidades e demandas de dada população que vive em determinado território (RODRIGUES, 2010, p.18).

Entretanto, tamanha simplicidade ou minimalismo conceitual não espelha as múltiplas correntes teóricas e variantes conceituais que o termo adquiriu no interior da Ciência Política ao longo dos últimos anos. De acordo com Di Giovanni (2009), o conceito de políticas públicas é algo evolutivo, na medida em que se refere às relações entre estado e sociedade, determinadas por constantes transformações históricas e permeadas por mediações de natureza variada.

Como aponta Souza (2006), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead a define como um campo de análise política que observa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn, como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Para Peters, política pública corresponde à soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegações, influenciando a determinado modo, a vida dos cidadãos (SOUZA, 2006, p.24). Norberto Bobbio (*apud*. RODRIGUES, 2010, p.19) define políticas públicas como a intervenção do Estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas.

Todavia, as definições conceituais de políticas públicas mais difundidas no meio acadêmico compreendem as dispostas por Thomas Dye e Harold Laswell. Dye (*apud*. ROMANO, 2009, p.14), sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não”, implicando questionamentos sobre o que o governo, em suas interações políticas com os atores da sociedade civil e do mercado escolhe fazer ou

deixar de fazer; por que o faz; como faz; que diferença suas escolhas fazem; e quem se beneficia com esse fazer. Já Laswell (*apud.* SOUZA, 2006, p.24), afirma que decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder a questões do tipo: quem ganha o quê; por quê; e que diferença isso faz.

Mesmo que o tempo e a história não proporcionaram singularidade, ou não evidenciaram a melhor definição conceitual para as políticas públicas, é importante notar que as distintas abordagens teóricas do campo de análise de políticas públicas evidenciadas anteriormente, guiam o olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, o Governo (SOUZA, 2006).

Embasadas nas abordagens anteriores, outras teorizações a respeito da definição conceitual de políticas públicas surgiram. Como exemplo, Di Giovanni (2009) sustenta que uma política pública não consiste simplesmente em uma intervenção do Estado a uma situação social considerada problemática. Pensa a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante da interação entre Estado e sociedade, onde tamanha proximidade define as situações sociais consideradas problemáticas, os conteúdos e as modalidades da consequente intervenção estatal.

Por esse mesmo viés, Romano (2009) afirma que as políticas públicas se constituem no dispositivo de governo responsável pela importante relação do Estado com a sociedade e o mercado. Para o autor, as políticas públicas acabam por assumir uma função estratégica ao definirem os parâmetros e as modalidades de interação entre o público e o privado; permitirem visualizar o nível de autonomia da ação pública e; ao definir quais os assuntos que alcançam o status de interesse público, ou seja, quais políticas que serão introduzidas na agenda de ação do governo<sup>1</sup>.

Nota-se que as últimas concepções de políticas públicas evidenciam grande envolvimento de outros segmentos, que não os do governo, por meio de processos interacionais que acabam influenciando a formulação das políticas. Todavia, apesar do reconhecimento de que grupos de interesse e movimentos sociais, cada qual com menor ou maior influência, podem envolver-se no processo das políticas públicas, e apesar de

---

<sup>1</sup> Para definições acerca de como questões passam a integrar a agenda de políticas de determinado governo, consultar Capella (2010).

certa literatura argumentar que o papel dos governos tenha sido encolhido, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e governar não está empiricamente comprovada (SOUZA, 2006).

Apoiada sobre o viés da supremacia estatal em relação a influências externas e internas na definição das políticas, Souza (2006) afirma que se pode, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação”<sup>2</sup> e/ou posteriormente analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos de tal política. Constituindo a formulação de políticas públicas um estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão mudanças na realidade social. Importante destacar que as políticas públicas podem ser executadas direta ou indiretamente pelo Estado, neste caso podendo ser intermediadas por empresas ou organizações da sociedade civil.

Os modelos explicativos das políticas públicas são inúmeros, bem como suas variações analíticas e abordá-los em sua totalidade é tarefa tortuosa. Portanto, o estudo detalhado dos modelos teóricos e metodológicos será realizado no momento da revisão bibliográfica do projeto. Por ora, cito os modelos possíveis de serem estudados: a tipologia de política, o ciclo das políticas, da teoria das redes, o neoinstitucionalismo e a análise de estilos políticos.

## **O desenvolvimento**

A noção que predomina no imaginário coletivo moderno é que o progresso e o desenvolvimento refletem proporcionalmente a construção de grandes empreendimentos infraestruturais e na utilização de novas tecnologias. O conceito de desenvolvimento surge no século XIX, inserido no ambiente social e intelectual da modernidade, proveniente de ideais da revolução francesa e industrial e situado intelectualmente nos princípios liberais, cujo conteúdo sinaliza a possibilidade de progresso humano e material ilimitado. O conceito passou a ocupar espaço relevante na literatura ao final da Segunda Guerra Mundial, sendo definido a partir da noção de crescimento econômico e

---

<sup>2</sup> Termo cunhado por Jobert & Müller para definir as políticas públicas (TREVISAN & BELLEN, 2008, p.531).

de progresso. Assim se supõe certo determinismo histórico evolucionista, no sentido do pior para o melhor, do atrasado para o moderno, do tradicional ao desenvolvido, do rural para o urbano (PASE e GONZALEZ, 2012, p.71).

Segundo essa tradição conservadora da teoria econômica, o desenvolvimento é definido através do resultado inexorável do crescimento econômico. Assim, o desenvolvimento de uma nação corresponde a sua riqueza, ou seja, ao volume de bens materiais e serviços que proporcionam bem-estar para os cidadãos. Sendo mensurado invariavelmente através de indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), que demonstram nada além da evolução da produção e o acúmulo de riqueza.

Esse panorama centrado exclusivamente no crescimento econômico permaneceu com franco prestígio até a década de 1970, cuja presunção fundamental era que a humanidade poderia produzir todos os bens necessários para sua satisfação, pois os recursos naturais seriam infinitos. Nesse sentido, a garantia da infraestrutura é uma das pilstras do desenvolvimento da nação, pois possibilita o acesso ao lazer, à educação, à saúde e ao saneamento, ao deslocamento de cargas e pessoas, ao movimento de máquinas, indústrias, automóveis e à fabricação e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis.

No entanto, grandes estudiosos reconhecem ineficácia dos indicadores tradicionalmente utilizados na tentativa de mensurar o desenvolvimento, tais como o PIB *per capita*, que é ineficiente para captar a distribuição de renda, embora seu enorme prestígio entre os economistas. Exemplo desse argumento pode ser encontrado na obra de Amartya Sen (2000). A própria metodologia de mensuração do PIB é inadequada, pois pode contabilizar como atividades econômicas ações destrutivas, como desmatamentos e demolições e até mesmo imorais, como as empresas de prostituição de menores e tráfico de crianças (HERCULANO, 2000).

A partir da década de 1970 a noção do “ter” pela concepção de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento começa a ser questionada em razão da incapacidade de solução para os graves problemas da humanidade, mesmo em países com substancial acúmulo de riqueza. Exemplos dessas contradições são discutidas



desde o fim dos anos 1960 na reunião do Clube de Roma<sup>3</sup> que apontava a necessidade de repensar o desenvolvimento em relação à questão ambiental. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizou no mesmo ano a Conferência de Estocolmo que em seu texto final<sup>4</sup>, versa sobre esse mesmo questionamento: como considerar desenvolvida uma sociedade que destrói o meio ambiente e compromete as futuras gerações? (CMMAD, 1991, p. 53).

Nesse mesmo sentido, Amartya Sen (2000) afirma que outras variáveis precisam ser agregadas a econômica para denotar o desenvolvimento de uma nação, tais como: consolidação democrática, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. Sendo assim, se torna necessário avaliar o desenvolvimento pelo bem-estar que o mesmo proporciona ao ser alcançado, pela forma como aquela riqueza é apropriada e distribuída ao universo populacional de determinada região (PASE e BAQUERO, 2012).

Em sua obra intitulada “Desenvolvimento como liberdade”, Amartya Sen (2000) demonstra que mesmo num dos países mais ricos do planeta o desenvolvimento não significa ou proporciona o mesmo para todos. Como exemplo cita que os homens negros norte-americanos tem expectativa menor de sobreviver até os 75 anos do que habitantes da China e da província de Kerala na Índia. Além disso, a “rica China” e a “pobre Índia” são países próximos em termos de PIB per capita, mas muito diferentes em termos de capacitação de sobrevivência e de educação. Em razão destas contradições Sen propõe abordagem inovadora onde:

A expansão da liberdade é vista, [...] como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento (SEN, 2000, p.10).

---

<sup>3</sup>Em 1968, políticos, físicos, industriais e cientistas das mais distintas áreas acadêmicas reuniram-se em uma pequena vila italiana para tratar o desenvolvimento sustentável do planeta. A originalidade da causa se consolidou rapidamente e no ano de 1972 o grupo se tornou mundialmente conhecido mediante seu primeiro relatório (*The Limits to Growth*) que defendia alternativa para a sociedade reconciliar o desenvolvimento sustentável dentro das limitações ambientais.

<sup>4</sup> Conhecido como Relatório Brundtland.

Esta tese não é de todo modo inovador, pois o próprio Aristóteles afirmava que a riqueza não é um bem em si e sim um instrumento meramente útil para obter outra coisa, ou seja, somente tem sentido para aquilo que ela nos permite fazer ou adquirir. Segundo Sen, “[...] as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter” (SEN, 2000, p.28).

Por esse panorama teórico o desenvolvimento é constituído exclusivamente pelo crescimento da economia, mensurado por meio do aumento do PIB ou do PIB *per capita*, mas pelo impacto das mudanças na melhoria das condições de vida de toda a população. Assim, além da renda, aspectos como acesso à saúde, à educação e expectativa de vida passam a ser considerados.

Essa inovação analítica que demonstrou o caráter restrito do PIB como reflexo do desenvolvimento influenciou a ONU a criar no ano de 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com objetivo de avaliar os processos de desenvolvimento nacionais e subnacionais possibilitando comparação e monitoramento, além da formulação de políticas públicas. O IDH é composto por quatro indicadores: expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade da população e PIB *per capita*.

Como se observa três dos indicadores diz respeito a questões relacionadas à qualidade de vida para eliminação das ‘privações de liberdade’ e apenas um diz respeito ao aspecto econômico. Seus pressupostos são óbvios: quanto maior a instrução, maior a informação e a predisposição para uma ação positiva; quanto mais universalmente distribuída à educação, menos concentrada será a renda; quanto mais assistida uma pessoa em relação a sua nutrição, saúde, segurança, salubridade no trabalho, mais longa sua expectativa de vida (HERCULANO, 2000).

O IDH deu origem a outros índices semelhantes, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), criado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Seu objetivo é análogo ao do IDH, com a diferença de considerar outros indicadores: educação, renda, saneamento e qualidade dos domicílios. Este índice permite acompanhar, monitorar e comparar a média estadual com os índices de todos os municípios e regiões.

Outro índice que tem ganhado audiência é o de Felicidade Interna Bruta (FIB) desenvolvida em 1972 no Butão. Os indicadores da FIB constituem: bem estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida. Para além de sua complexidade importa perceber que apenas um dos nove indicadores diz respeito ao aspecto econômico e todos os outros dizem respeito à qualidade de vida e felicidade.

É perceptível que, ao transitar da simples aferição do crescimento da produção para uma metodologia de avaliação que enfoque o bem-estar da população, afasta-se o equívoco de considerar boas as sociedades que possuam maior PIB *per capita*, mas, do mesmo modo, mantenham sua população predominantemente iletrada, doente e infeliz. Nas palavras de Demo (1995) não se é feliz sem a ter algo, é principalmente uma questão de ser. Se quisermos ser desenvolvidos para termos riqueza, uma vida melhor e mais feliz, como não inserir itens relativos à qualidade de vida na mensuração do desenvolvimento?

É importante perceber que a elaboração da própria Constituição Brasileira no ano de 1988 foi influenciada por essa perspectiva contemporânea de desenvolvimento. A Carta Magna fortaleceu o papel do Estado na provisão de serviços públicos e na garantia de direitos sociais do cidadão. Também ampliou os mecanismos de participação e de controle político da população sobre seus representantes.

Contraditoriamente, a maioria dos governos federais brasileiros na década de 1990 alterou a trajetória do modelo de desenvolvimento implementado no país. Defenderam a diminuição do papel do Estado e a abertura do mercado brasileiro aos investimentos externos e alteraram aspectos da ordem econômica em prol do “desenvolvimento da nação” (PASE e GONZALEZ, 2012, p.79).

Os modelos adotados priorizaram a entrega de serviços públicos a agentes privados que passaram a controlá-los pela lógica estritamente econômica. No entanto, essa hegemonia das políticas neoliberais, é apontada como causa da desorganização, da pauperização e da exclusão da grande maioria da população, provocando reflexões sobre as políticas compensatórias e sobre a necessidade de se reorientar a ação estatal (ANDERSON, 1995).

Numa perspectiva agregada e de política comparada à interpretação do desenvolvimento dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) contempla a composição de duas variáveis causais (independentes) que se articulam de forma interveniente: Estado e mercado. No caso brasileiro esta articulação parece ainda mais evidente, se reconhecemos a importância dos investimentos dos governos federal, estaduais e municipais em políticas públicas que, muitas vezes, tem a parceria da iniciativa privada para a implementação.

### **Políticas compensatórias no setor elétrico**

Todo empreendimento de infraestrutura produz externalidades, ou resultados indesejados, que precisam ser amenizados. Em estados democráticos isso ocorre em relação à correlação de forças que ocorre entre os grupos de pressão envolvidos. De qualquer sorte, os impactos indesejados são atenuados através de políticas compensatórias.

Neste sentido, a instalação de qualquer Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) de médio ou grande porte produz importantes impactos sociais e ambientais em razão da ocupação de grandes extensões territoriais que são destinados à instalação física, como a construção de reservatórios para armazenagem de água, canais de adução, estações e subestações de geração energética e linhas de transmissão, condicionante que, necessariamente, incide sobre um delicado processo de remanejamento populacional, que contempla possibilidades que vão desde a indenização em dinheiro até o reassentamento em outras áreas.

Uma das formas convencionadas para a mitigação dos impactos sociais oriundas do remanejamento é a execução de políticas compensatórias, cujo objetivo principal é realocar as pessoas, e as comunidades, bem como indenizar os meios de produção (terras, instalações, prédios) inviabilizados pela barragem. Essa inviabilização é direta quando o meio de produção é inundado pelo reservatório ou ocupado para a formação do canteiro de obras para a construção do empreendimento, ou indireto, quando influenciado negativamente – por exemplo, quando inviabiliza o deslocamento de uma família ou parte de uma propriedade rural (ROCHA, 2012).

Cada um desses atores possui notável papel na busca pela garantia de seus próprios interesses. No entanto, assim como no processo das privatizações, dois atores

garantem a grande maioria de seus interesses e se sobrepõem a um terceiro, que possui poder de negociação reduzido na implementação do remanejamento. Aos moldes do projeto neoliberal de desenvolvimento, ao Estado cabe firmar acordos com empresas para construção das UHEs e, mesmo não atuando diretamente, possui importante papel na garantia do remanejamento dos atingidos. Dentre as funções estatais que asseguram o *status* de política pública a sua atuação cabem: reger e fiscalizar a ação de cada ator e financiar a ação das empresas.

Como “parceiros” do Estado no desenvolvimento dos projetos de infraestrutura elétrica, o papel do empreendedor ganha forma no processo de construção das UHE’s e no direito a exploração da energia gerada, seja para movimentar o parque industrial dos acionistas que injetaram capital para sua construção, seja “vendendo” o excedente energético para o consumo da população. Atualmente, de acordo com meios jurídicos firmados com o Estado, se dá igualmente a responsabilidade do empreendedor sobre a política de remanejamento.

Para tanto, o empreendedor mantém contato direto através de visitas periódicas às famílias durante a construção do empreendimento a fim de analisar os dados colhidos em Cadastro Socioeconômico prévio. Técnicos e Advogados do empreendedor levantam o histórico de ocupação e a documentação das propriedades, além de avaliar o valor da propriedade conforme as normas da ABNT. Paralelamente, realiza pesquisas de preço sobre as terras nuas no entorno dos municípios atingidos para proceder às compensações.

Com o histórico de ocupação a situação documental e o valor de mercado da propriedade a ser indenizado, o próximo passo é a definição – em comum acordo com os atingidos – das alternativas de negociação e de remanejamento das famílias, (ROCHA, 2012a). No entanto, o empreendedor prefere indenizar ou remanejar essa população por meio da Carta de Crédito<sup>5</sup>, considerando, sobretudo, o menor custo que gera essa forma de compensação, “pois assim não é necessária grande assistência técnica ao cidadão atingido e nem a construção de uma comunidade com infraestrutura básica” (MORAIS, 2013, p. 105).

Como contraponto a esse modelo de desenvolvimento se dá a ação dos atingidos através da estruturação da ação coletiva, objetivando desde a garantia de direitos a

---

<sup>5</sup> Nessa modalidade de remanejamento os atingidos são responsáveis pela apresentação de uma área rural ou urbana que, após vistoria do empreendedor, poderá ser adquirida através de Carta de Crédito (CC). Para essa modalidade é prevista a assistência técnica e social apenas uma vez, no ato da ocupação da nova propriedade (ROCHA, 2012c, p. 252).

melhores indenizações, reassentamentos e melhor qualidade de vida. Assim, ou o atingido por determinada UHE concorda com a compensação econômica proposta pela política oriunda da “parceria” entre Estado e empresas geradoras, ou opta por apoiar projeto e ações que vão ao encontro de um modelo de desenvolvimento alternativo proposto pelos movimentos representantes.

Por meio da organização em torno de movimentos sociais<sup>6</sup>, nas últimas três décadas os atingidos se empenharam em melhorar o tratamento social e bem-estar da população atingida pelo barramento de rios, reprovaram o modelo de desenvolvimento neoliberal para o país e, ainda, defendendo novas alternativas para a geração de energia elétrica. A análise da atuação desses movimentos sociais, particularmente do MAB, permite observar que lograram várias conquistas, tais como: os modelos de reassentamento populacional, a indenização aos não proprietários e o cancelamento da instalação de algumas usinas (MORAIS; MÜLLER, 2012).

No entanto, considerando o modelo de remanejamento implementado pelo empreendedor e chancelado pelo Estado ao longo do mesmo período, é notável que o potencial político ou poder de negociação por melhores contrapartidas materiais e sociais do atingido ainda é bastante reduzido, seja por meio de ações individuais ou coletivas. Mesmo com as várias conquistas dos movimentos sociais, a própria pluralidade de grupos ditos representativos e a consequente partilha da representatividade têm individualizado e excluído ainda mais os atingidos da mesa de negociações com o empreendedor (ROCHA, 2010, p. 191).

Posto o panorama, o estudo avança na direção de interpretar a opinião dos próprios atingidos em relação à política de remanejamento oriunda desse mesmo modelo de desenvolvimento econômico. Para tanto, objetiva-se perceber a satisfação dos atingidos quanto à implementação dessa política compensatória, definida como indenização em dinheiro, modalidades de remanejamento ou outro acordo firmado com o empreendedor<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Como exemplo, tem-se a atuação de distintos movimentos sociais nas negociações de garantias para os atingidos pela construção da UHE Foz do Chapecó, localizada na Bacia do Rio Uruguai, tais como: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Comitês Municipais, Associação Mista dos Atingidos pela Barragem de Foz do Chapecó (AMISTA) e Associação para a Preservação do Meio Ambiente (APAM).

<sup>7</sup> De acordo com o *survey* aplicado no âmbito do P&D Remanejamento, foram encontradas as seguintes formas de compensação: indenização em dinheiro, carta de crédito, reassentamentos e acordo social com o empreendedor. Ver: Pase, 2012.

Destarte, ao tratar da observância da satisfação ou não de dada população com determinada política pública a qual são submetidos, torna-se necessário a delimitação conceitual dessa variável. Aqui, a satisfação é entendida aos moldes da teoria dos sistemas de David Easton (1968), segundo o qual a ação do Estado é fruto de demandas e apoios sociais referentes à determinada temática. O apoio manifestado pela satisfação do indivíduo ou grupo social com a política da qual são objeto seria responsável por auxiliar no processo de legitimação da própria política e do governo responsável por implementá-la.

Para Günther e Monteiro (2003), o apoio específico da população ao governo associado ao apoio difuso seria responsável pela presença, ou não, de estabilidade no sistema político e, quanto maior sua presença, maior a legitimidade alcançada por quem governa. O apoio difuso é concebido como uma lealdade política mais profunda, mais duradoura e mais generalizada que resulta de uma socialização política precoce. Como tal, é concebido como imune aos induzimentos, recompensas ou avaliações de desempenho de curto prazo (GÜNTHER; MONTEIRO, 2003).

Para o que nos interessa é importante observar o que Easton (1968) denominou de “apoio específico”, entendido como as manifestações favoráveis geradas pela satisfação dos cidadãos devido a algum estímulo, como o atendimento de demandas ou criação de determinada política pública por algum governo específico (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2005).

A satisfação do atingido com a política implementada é concebida nesse estudo como “[...] um *input* para um sistema que ocorre como um retorno aos benefícios e vantagens especiais que os membros experimentam” (EASTON, 1968, p. 23). Já a insatisfação, esta se refere a uma expressão de desagrado, resultante da crença de que o desempenho da política pública da qual o atingido foi objeto não está cumprindo com a atenção de seus desejos e expectativas (GÜNTHER; MONTEIRO, 2003).

## **Análise dos dados**

Como indicado anteriormente, vamos tratar basicamente dois itens, a começar com a análise com alguns indicadores de satisfação com o remanejamento, bem como com resultados de cruzamentos de variáveis que vão à direção de entender o posicionamento sobre a satisfação. Em seguida, na segunda parte apresentamos um modelo de regressão múltipla a fim de buscar o melhor preditor de satisfação com o

remanejamento. Os dados aqui analisados são provenientes do banco de dados do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Avaliação dos resultados e proposição de modelo de elaboração de programas de remanejamento da população atingida por empreendimentos hidrelétricos (PASE, 2012).

### ***Satisfação com o remanejamento***

Começamos a primeira parte da análise com dados que mostram 82,6% dos entrevistados afirmando estarem satisfeitos com o remanejamento. A partir da realização de teste de associação, tomamos como indicadores de satisfação com o remanejamento uma série de dados: o desempenho da atividade profissional, atividades promovidas e realizadas na comunidade, a relação com família e com os vizinhos, a vida comunitária e o local de moradia. A seguir abordamos rapidamente esses dados que apresentaram relação com a satisfação com o remanejamento.

Falando sobre como era e como ficou a produtividade da/s propriedade/s com o remanejamento, para 61,1% dos entrevistados a atual propriedade oferece maior produtividade. Nesse sentido, para 72,4% dos entrevistados a sua atividade profissional é melhor desenvolvida hoje, após o remanejamento.

Apesar desse quadro positivo, quase 75% dos respondentes indicam sentir saudades dos vizinhos e da comunidade onde viviam. Esse sentimento pode ser explicado com o costume de ir a atividades de lazer realizadas na comunidade de origem – antes do remanejamento 82,5% das pessoas frequentavam essas atividades, percentual que diminuiu após o remanejamento (71,8%). Talvez o indicador mais contundente de que o remanejamento enfraqueceu as relações das comunidades seja o que aponta o hábito de frequentar os vizinhos. Esse era um hábito para 92,5% dos entrevistados antes do remanejamento. Atualmente são 79,7% dos entrevistados que visitam vizinhos (tal questão remete às relações de confiança e reciprocidade, enfraquecidas após o remanejamento).

Ainda sendo abordadas as relações com a família e com os vizinhos, na localidade anterior e pensando em como elas estão hoje, os entrevistados foram indagados sobre as relações com a família e com os vizinhos. Sobre a família, quase a totalidade de pessoas afirma que antes do remanejamento esse relacionamento era bom (93,3%), o que foi mantido, com leve queda (90,0%) após o remanejamento. Acerca dos



vizinhos, 96,2% dos remanejados mantinham uma boa relação com os vizinhos, mas após o remanejamento esse percentual diminuiu para 86,2%.

Sobre o local de moradia, foi perguntado se ele era melhor antes ou depois do remanejamento, considerando a casa, a vizinhança, o acesso a serviços públicos, suas atividades profissionais e sociais. Para 58% das pessoas entrevistadas, antes do remanejamento o local de moradia pode ser classificado como bom. Contudo, esse percentual sobe para 81% considerando após o remanejamento. Nesse sentido, 74,4% dos entrevistados preferem estar na localidade atual de residência. Corroboram esses dados o percentual de apenas 16% de entrevistados que indicam que a vida comunitária está pior hoje do que antes do remanejamento (para 83,9% a vida comunitária está melhor ou igual do que antes do seu deslocamento). Desta forma, esses dados corroboram para a confirmação de que há satisfação com o resultado do remanejamento, embora se verifique certa insatisfação quando a análise se detém no âmbito comunitário.

### ***Preditores da satisfação***

O modelo que propomos neste estudo coloca como variável dependente a Satisfação com o Remanejamento pelos atingidos por barragens. Como variáveis independentes indicamos variáveis sócio-demográficas, índices de qualidade de vida, de qualidade de serviços acessados por esse grupo e de informação. Para atingir o objetivo deste *paper*, inicialmente foram selecionadas as variáveis sócio demográficas como gênero, idade, escolaridade e religião.

Já os índices criados foram os de qualidade de vida, qualidade dos serviços públicos e de informação<sup>8</sup>. O índice de qualidade de vida abarcou as seguintes questões: como considera sua situação e de sua família hoje, quanto a 1) Qualidade de Vida; 2) Renda Familiar; 3) Vida comunitária; 4) Trabalho; 5) Mercado. O índice de qualidade de serviços públicos considerou a avaliação dos entrevistados quanto aos serviços de 1) Saúde; 2) Educação; 3) Esporte/Lazer/Cultura; 4) Transporte; 5) Segurança; 6) Saneamento básico e 7) Habitação. Já para o índice de informação política foi necessário dividi-lo em três categorias. A primeira é a de informação especializada (costume de se informar através de jornais, revistas semanais ou mensais, internet e reuniões partidárias), a segunda é a de informação “midiática” (escutar rádio e assistir

---

<sup>8</sup> Ambos foram criados a partir de análise fatorial de componentes principais.

TV), e a terceira é a de informação comunitária (informação acessada na igreja, na comunidade e em reuniões no sindicato).

Ao iniciar os testes para a análise de regressão<sup>9</sup>, verificamos a necessidade técnica de eliminarmos de nosso modelo algumas variáveis, quais sejam: gênero, religião, informação especializada e informação midiática. Desta forma, mantivemos como nossos preditores de satisfação: idade, escolaridade, qualidade de vida, qualidade dos serviços e informação comunitária. Os dados constam na tabela abaixo.

**Tabela - Preditores da Satisfação com o Remanejamento**

	B	Beta	p
Qualidade de vida	.284	.368	0,000
Qualidade serviços	.227	.271	0,000
Idade	.005	.206	0,000
Informação comunitária	.037	.076	0,004
Escolaridade	.054	.074	0,030

$R^2=.927$  ( $p=0,001$ )

A tabela acima indica que as variáveis apresentadas explicam quase 93% da variação da percepção de satisfação com o remanejamento. O modelo proposto indica a importância das diferentes variáveis nesse processo. Fica evidente que qualidade de vida apresenta maior peso no modelo, pois o aumento de 1 unidade desse índice acarreta um aumento de 0,284 unidade na satisfação com o remanejamento. Da mesma forma, a boa percepção da qualidade dos serviços públicos acessados é de suma importância para a satisfação com o remanejamento – o aumento de 1 unidade no índice de qualidade de serviços beneficia a satisfação com o remanejamento em 0.227 unidade. Esses são os dois principais preditores da satisfação com o remanejamento. Já a variável idade é a que tem menos poder sobre a satisfação estudada. Todas as variáveis estudadas apresentam efeito significativo sobre satisfação.

Contudo, consideramos relevante indicar o peso restrito do índice de qualidade de vida para a satisfação com o resultado do remanejamento. Ao ser analisado especificamente o efeito da qualidade de vida sobre a satisfação com o remanejamento essa variável respondeu por 89,7% da variação da satisfação com o remanejamento. Nesse sentido, em um modelo univariado, o aumento deste índice em uma unidade determina um aumento de quase 0,74 unidade na satisfação com o remanejamento.

---

<sup>9</sup> Tipo Stepwise.

Independentemente do modelo adotado, univariado ou multivariado, fica evidente o papel da boa percepção da qualidade de vida para que se tenha satisfação com o remanejamento.

### **Considerações Finais**

As políticas sociais compensatórias implementadas contemporaneamente tem avançado significativamente no sentido da preocupação com a eficiência e satisfação. No caso dos programas de remanejamento das populações atingidas por UHEs, embora não haja um marco jurídico consolidado, tais políticas têm avançado de forma importante, de tal sorte a incorporar algumas demandas dos atingidos e dos movimentos sociais que os representam. Embora sem ausência de contradições, embates e conflito entre Estado, movimentos sociais e empreendedor, houve vários avanços, tais como a incorporação da negociação sobre o reconhecimento do impacto indesejado, o direito ao justo ressarcimento e alternativa programática do ressarcimento de ‘terra por terra’ materializado nos reassentamentos.

É nessa esteira que, entende-se a verificação da hipótese de trabalho que afirma que os atingidos por hidrelétricas beneficiários de programas de remanejamento estão majoritariamente satisfeitos atualmente, revelando que essa política compensatória tem sido eficiente no sentido de mitigar os impactos econômicos indesejados causados pelos empreendimentos.

A outra questão em aberto diz respeito à porta de entrada nos programas de remanejamento. Para ter acesso ao programa de remanejamento, o cidadão precisa ser considerado um ‘atingido’ por UHE, cuja qualificação é inexorável para a obtenção do direito. Não por acaso, esta é uma das principais lutas dos movimentos sociais envolvidos, principalmente do MAB, pela ampliação dos critérios que definem um atingido. Alguns estudos já realizados sobre o tema revelam sua complexidade, como os desenvolvidos por Vainer (2008), Pase e Baquero (2012), Rocha (2013) e outros.

### **Referências**

ABREU, Y. V. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro**. 1999. 168 f. Dissertação (Mestrado em Energia) – Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ALMEIDA, M. H. T. Reformismo democrático em tempos de crise. *Lua Nova*, n° 22, dez. 1990, p. 189-205.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILLI, P. (Org.) **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, n°21, 2003, p. 83-108.

BAQUERO, Marcello e PASE, Hemerson (org) (2013). **Desenvolvimento hidrelétrico: qualidade de vida e capital social no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

CAPELLA, A. C. N. (2007). Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 87 – 122.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

D'AGOSTINI, Luis R.; FANTINI, Alfredo C. (2008). Quality of life and quality of living conditions in rural area: distinctively perceived and quantitatively distinguished. **Social Indicators Research**, online, v. 89, n. 3, p. 487-499, Dec. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11205-008-9245-4>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa: Polêmicas do Nosso Tempo**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DI GIOVANNI, G. (2009). As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa [do] NEPP/UNICAMP**, n°82, p. 1 – 29.

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 1965.

FARIA, Carlos A. P. (2003). Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, n°51, fev. p. 22 – 29.

FLECK, M. P. A. EtAll. (2000). Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 178-183, Apr. 2000.

FREY, Klaus (2000). Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n° 21, jun. p. 1 – 21.

GONÇALVES, D. Jr. **Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas ‘Fontes’ e o Controle dos Excedentes**. 2007. 416 f. Tese (Doutorado em Energia) – Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GÜNTHER, R; MONTEIRO, J. R. Legitimidade política em novas democracias. **Revista Opinião Pública**. Campinas, n° 1, 2003, p. 01- 43.

HERCULANO, S. A qualidade de vida e seus indicadores In: HERCULANO, S; PORTO, M. F; FREITAS, C. M. (Org.). **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**. Niterói: Eduff, 2000.

JOBERT, B; MULLER, P. **L’Etat en action**. Paris: PUF, 1987.

Lei 11.079/2004. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público privada no âmbito da administração pública**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 de setembro de 2012.

LEME, A. A. Globalização e reformas liberalizantes: contradições na reestruturação do setor elétrico brasileiro nos anos 1990. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, n° 25, nov. 2005, p. 171-192.

MELO, M. A. B; SILVA, P. L. B. (2000) O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno de Pesquisa [do] NEPP/UNICAMP**, n°48, p. 1 – 16.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova**, São Paulo, n° 65, 2005, p. 71-94.

MORAES, R. C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações estado – sociedade. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, n°80, set. 2002, p. 13-24.

MORAIS, J. A. **O processo de tomada de decisão dos atingidos por usinas hidrelétricas**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

MÜLLER, M. MORAIS, J. A. **Movimento social e representação: trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens na Bacia do Rio Uruguai**. 2011. Disponível em: <<http://neppuufpel.blogspot.com.br/p/publicacoesselecionadas.html>>. Acesso em: 18 de setembro de 2012.

OLIVEIRA, J. A. P. (2006). Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, n° 40, mar./abr. p.273 – 288.

PASE, H. e BAQUERO, M. (org.) (2012). **Estado, democracia e hidreletrecidade no Brasil**. Pelotas: Editora da UFPel.

PASE, H. L; Et. All. **Banco de dados do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Avaliação dos resultados e proposição de modelo de elaboração de programas de remanejamento da população atingida por empreendimentos hidrelétricos**. Pelotas: UFPel / NEPPU. 2012. Disponível em: <[http://neppuufpel.blogspot.com.br/p/projeto\\_11.html](http://neppuufpel.blogspot.com.br/p/projeto_11.html)>.

PASE, H. L; Et. All. **Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Avaliação dos resultados e proposição de modelo de elaboração de programas de remanejamento da população atingida por empreendimentos hidrelétricos**. Pelotas: UFPel / NEPPU. 2010. Disponível em: <[http://neppuufpel.blogspot.com.br/p/projeto\\_11.html](http://neppuufpel.blogspot.com.br/p/projeto_11.html)>.

PASE, H L. A análise de Políticas Públicas do Setor Elétrico. In: PASE, H. L.; BAQUERO, M. (Org.) **Democracia, Estado e Hidroeletricidade no Brasil**. Pelotas: Editora UFPel, 2012.

PASE, H. L; GONZALEZ, R. S. Estado e desenvolvimento no Brasil. In: PASE, H. L; BAQUERO, M. (Org.) **Democracia, Estado e Hidroeletricidade no Brasil**. Pelotas: Editora Universitária, 2012.

PEREIRA, R. A. C. FERREIRA, P. C. Efeitos de crescimento e bem-estar da lei de Parceria Público-Privada no Brasil. **REB**, Rio de Janeiro, vol. 62, nº2, abr. - jun. 2006, p. 207-219.

PIRES, J. C. Desafios da reestruturação do setor elétrico brasileiro. **Texto para discussão do BNDES**, Rio de Janeiro, mar. 2000, p. 5-45.

KLUTHCOVSKY, Ana C. G. C. e TAKAYANAGUI, Angela M. M. (2007). Qualidade de vida – aspectos conceituais. **Revista Salus**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 13-15, jan./jun.

REIS, E. P. (2003) Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, nº51, fev. p.11 – 14.

RODRIGUES, M. M. A. (2010). **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha.

ROMANO, J. O. (2006). **Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, Edur, 2009.

ROCHA, H. J. O movimento dos atingidos por barragens na Bacia do Rio Uruguai: conquistas e desafios (2009-2010). In: TEDESCO, J. C. e CARINI, J. J. (Org.). **Conflitos Agrários no Norte Gaúcho**. Passo Fundo, Editora IMED, 2010.

ROCHA, H. J. Os limites da democratização do processo de instalação de hidrelétricas. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.2, mai. – ago. 2012a, p. 65-85.

ROCHA, H. J. As modalidades de Remanejamento. In: PASE, H. L; BAQUERO, M. (Org.) **Democracia, Estado e Hidroeletricidade no Brasil**. Pelotas: UFPel: 2012b, p. 106-118.

ROCHA, H. J. **Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai**. 2012c. 332 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROSA, L. P.; TOLMASQUIM, M. T.; PIRES, J. C. L. **A Reforma do Setor Elétrico no Brasil e no Mundo: Uma Visão Crítica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, E. F. **Principais condicionantes nas alterações do modelo de comercialização de energia elétrica: retrospectiva e análise crítica**. 2008. 226 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVEIRA, A. M. BORGES, L. F. X. **A definição de PPP**. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/317/303> f. 2003>. 22 de janeiro de 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n°16, jul/dez. p. 20 – 45.

SAIDY, L. C. (2011) **Qualidade de vida e condições para se viver dos maricultores: um estudo exploratório no Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC)**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, UFSC.